



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de março de 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 20/03/2013

Assunto: Um aliado em sala

Página: capa

DIÁRIO CATARINENSE

UM ALIADO EM SALA



Começou a distribuição de 11,9 mil tablets a professores de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina. Página 21



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 20/03/2013

Assunto: Um aliado em sala – tecnologia em sala

Página: 21

DIÁRIO CATARINENSE

Escolas da rede estadual começam a receber tablets

Governo distribuirá 11,9 mil equipamentos para professores do ensino médio, que poderão preparar aulas interativas

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A distribuição dos 11,9 mil tablets para professores de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina começou a ser feita pela Secretaria de Estado da Educação em conjunto com o Ministério da Educação. Essa era uma das propostas do Pacto pela Educação, apresentado pelo governo há um mês.

A entrega está sendo feita aos poucos. Serão 7,9 mil para os docentes efetivos e o restante para os contratados em caráter temporário. A gerente de Tecnologias Educacionais da secretaria, Suzana Camargo, explica que com o tablet o professor pode pesquisar e preparar melhor as aulas.

Os professores do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, foram os primeiros a receber. Jaison Gasperi, que dá aulas de matemática, acredita que o tablet será útil apenas se o professor tiver tempo para usá-lo e preparar as aulas, o que não ocorre com a maioria de seus colegas.

O professor, que já usa tecnologia, pretende buscar vídeos com aulas interessantes de matemática no aparelho. Ele ainda poderá fazer isso na escola, já que normalmente faz em casa, porque na sala de professores há só três computadores.

Profissionais terão curso de capacitação

O Pacto também prevê a distribuição de lousas digitais e tablets de 10 polegadas, que ficarão nas salas de aulas. Haverá capacitação para uso dos aparelhos. O curso para 400 formadores – que irão repassar aos professores – começou em fevereiro.

Já as reformas das escolas, também apresentadas pelo Pacto, ainda estão aguardando liberação de recursos. Na Grande Florianópolis, estão previstas obras em seis colégios. Destes, dois tiveram o dinheiro repassado pelo BNDES: Maria Clementina de Souza Lopes, em Palhoça e Anísio Vicente de Freitas, em Santo Amaro. As outras ainda precisam reunir documentos exigidos pelo banco.



Professor de matemática do IEE, Jaison Gasperi utilizará o equipamento para buscar vídeos didáticos

Reajuste da categoria é aprovado

Outra proposta apresentada no Pacto pela Educação, o projeto de lei com o reajuste salarial dos professores, foi aprovado, ontem, pela Assembleia Legislativa. Uma folha suplementar com os novos salários será rodada ainda neste mês. O projeto reajusta o piso, conforme a lei federal, e dá aumentos que variam de 8% a 15% a outros níveis de formação. O aumento à categoria será dado em duas parcelas. Enquanto a primeira, retroativa a janeiro, pode sair ainda em março, a segunda será em setembro.

De acordo com o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, a próxima etapa é debater com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) a tabela salarial da categoria.

Ela foi modificada em 2011 e diminuiu a diferença do salário entre graduados, pós-graduados e doutores.

A ideia é aumentar essa diferenciação, de acordo com o nível de formação. O secretário espera que, em maio, o projeto de lei, que prevê reajustes para 2014 e 2015, seja encaminhado à Assembleia. O Sinte lamenta a demora na aprovação do projeto de lei e considera os aumentos ínfimos.

Mais sobre o pacto

- **Até 2020**, ter 50% dos alunos de ensino médio no modelo Integral ou Inovador (hoje o número é de 30%) e ter 30% dos estudantes no ensino médio profissionalizante (hoje não passa de 10%).
- **Construção de oito** Centros de Educação Profissional.
- **Construção de 30** novas escolas de ensino médio.
- **Reformar 150** escolas.
- **Regime diferenciado** para contratação de obras.
- **Sistema de manutenção** das escolas para pequenos reparos, sem necessidade de licitação.
- **Participação da** comunidade escolar na escolha de diretor da escola.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 20/03/2013
Assunto: Alesc aprova reajuste salarial de professores de Santa Catarina		Página: Online



SANTA CATARINA



ALESC APROVA REAJUSTE SALARIAL DE PROFESSORES DE SANTA CATARINA

Conforme o projeto, os salários vão variar de R\$ 1.567 a R\$ 2.898. Proposição refere-se a membros do magistério público estadual.

Habilitação	Ano 2013 - Setembro							
	Nível	A(1)	B(2)	C(3)	D(4)	E(5)	F(6)	G(7)
Magistério de 2º Grau	1	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00
	2	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00
	3	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00
Licenciatura de 1º Grau	4	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00
	5	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00
	6	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.567,00	1.679,35
Licenciatura Plena	7	1.672,63	1.716,15	1.760,78	1.806,59	1.853,60	1.901,83	1.951,34
	8	1.767,69	1.813,63	1.860,76	1.909,14	1.958,76	2.009,67	2.045,91
	9	1.869,17	1.917,69	1.967,47	2.018,55	2.070,95	2.108,73	2.163,47
Pós-Graduação	10	2.024,37	2.076,93	2.130,87	2.186,21	2.242,99	2.301,25	2.361,02
Mestrado	11	2.250,36	2.308,90	2.368,98	2.430,61	2.493,85	2.558,74	2.625,33
Doutorado	12	2.483,69	2.548,39	2.614,78	2.682,91	2.752,83	2.824,55	2.898,15

Aumento será retroativo a janeiro (Foto: Divulgação)

Os deputados estaduais catarinenses aprovaram nesta terça-feira (19) o Projeto de Lei Complementar, PLC 4/2013, que reajusta o salário do magistério estadual. Conforme o projeto, os salários vão variar de R\$ 1.567 a R\$ 2.898, de acordo com o nível e habilitação do profissional, e o valor pago será retroativo a janeiro de 2013. A proposição refere-se a membros ativos e inativos do magistério público estadual em regime de 40 horas semanais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os salários atuais variam de R\$ 1.567 a R\$ 2.700. Para a aprovação do projeto, eram necessários, no mínimo, 21 votos favoráveis. Na primeira votação, 25 deputados estavam presentes e destes 24 foram a favor e uma abstenção. Em votação no segundo turno, 23 deputados estavam presentes, sendo que 22 votaram sim e uma abstenção.

De acordo com o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, o reajuste entre 8% e 15% terá impacto superior a R\$ 100 milhões. Segundo ele, o propósito é revitalizar a carreira do magistério. “Para cumprir a Lei do Piso, alguns professores receberam mais aumento salarial que outros e, com isso, a tabela salarial está compactada. Este é o início da revitalização, que irá continuar nos próximos anos”, explicou.

Após passar pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, o projeto foi aprovado por maioria no plenário da Câmara. “O professor que ingressa na carreira recebe R\$ 1.567. Quando ele conquista a licenciatura plena (ensino superior), ganha um reajuste de R\$ 15. Por isso muitos cursos de licenciatura estão vazios e já estamos enfrentando falta de professores”, comenta a deputada Luciane Carminatti.

O deputado Neodi Saretta disse, em plenário, que o aumento não é o esperado pelos professores, mas foi a favor da aprovação, já que o magistério aguarda o reajuste. “É necessário e fundamental a aplicação do piso na carreira do magistério”, salientou Saretta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência AL

Editoria: Educação

Data: 19/03/2013

Assunto: Assembleia aprova projeto de lei que reajusta o salário dos professores

Página: Online



Assembleia aprova projeto de lei que reajusta o salário dos professores



Os deputados aprovaram na tarde desta terça-feira (19) o Projeto de Lei Complementar – PLC 4/2013, de autoria do Executivo, que reajusta o salário do magistério público estadual. Depois de tramitar em regime de urgência e receber parecer favorável em três comissões na manhã de hoje, o PLC foi aprovado em plenário com 23 votos a favor e a abstenção da deputada Luciane Carminatti (PT).

Luciane alegou ser insuficiente o reajuste e preferiu abster-se da votação, respeitando a decisão da maioria dos deputados. “Este reajuste representa apenas uma gota no deserto do magistério estadual. E está longe de ser um piso digno para a categoria”, afirmou na tribuna. A deputada também se absteve do voto nas comissões que analisaram o projeto.

Reajuste e gratificação

A proposta prevê reajuste entre de 8% a 15% para a categoria no ano de 2013, retroativos ao mês de janeiro. De acordo com o nível e habilitação do profissional, conforme a matéria, os salários vão variar de R\$ 1.567 a R\$ 2.898. A proposição refere-se a membros ativos e inativos do magistério público estadual em regime de 40 horas semanais.

Pelo projeto, os servidores detentores de cargos de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão Educacional, lotados e em exercício nas unidades escolares da Secretaria da Educação, receberão uma gratificação de produtividade. O benefício será pago em duas parcelas, sendo metade do valor a contar do mês de janeiro deste ano, e a outra metade a contar de setembro.

O projeto agora segue para a sanção do governador.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 19/03/2013
Assunto: Sinte manifesta-se sobre descompactação salarial		Página: Online



Sinte manifesta-se sobre descompactação salarial 19 de março de 2013

A Diretoria do Sinte lançou nota sobre a aprovação do projeto de descompactação da carreira do magistério catarinense. Leia o teor:

"Após passar pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação hoje pela manhã, a PLC 4/2013 foi aprovada durante a tarde por maioria no plenário da Câmara. A Deputada Luciane Carminatti se absteve do voto e afirmou, ainda na reunião da comissão de educação que "O professor que ingressa na carreira recebe R\$ 1.567. Quando ele conquista a licenciatura plena (ensino superior), ganha um reajuste de R\$ 15. É vergonhoso. Por isso muitos cursos de licenciatura estão vazios e já estamos enfrentando falta de professores".

Conforme o projeto, os salários vão variar de R\$ 1.567 a R\$ 2.898, de acordo com o nível e habilitação do profissional, e será pago retroativo a janeiro de 2013. A proposição refere-se a membros ativos e inativos do magistério público estadual em regime de 40 horas semanais.

Contudo, o projeto já deveria ter sido votado para que o magistério recebesse o reajuste em folha suplementar, mas a velha manobra de sentar sobre um projeto para negociar interesses particulares foi posto em prática mais uma vez pela base aliada do governo que, descontente com o executivo resolveu encontrar problemas na PLC. Fato este também destacado na coluna de Moacir Pereira no DC de hoje.

Essa situação de esconder suas verdadeiras intenções usando argumentos falaciosos para fundamentar a verdadeira razão de seus atos, demonstra a hipocrisia política dos deputados da base aliada, que não jogam de forma limpa e clara no debate de suas ideias e interesses.

Justificam suas atitudes vestindo um manto de abnegação, discursando no plenário em defesa dos interesses do magistério catarinense, quando na verdade o objetivo principal é barganhar com o governo as emendas que vão beneficiar interesses eleitorais particulares, usando a categoria como moeda de troca.

É importante observar que os interesses políticos sempre são feitos com dois pesos e duas medidas dependendo dos beneficiados, das circunstâncias e do momento político. No frigidar dos ovos quem vai para a frigideira é sempre o eleitor/a, que neste caso é o magistério catarinense.

Questionamos que, em duas situações bastante semelhantes à ação dos deputados da base aliada ocorre de forma tão diferente. Vejamos: Em 2011 quando foi votado O PLC que acabou com a carreira do magistério, o governo reuniu em uma só sessão todas as comissões, e como num passe de mágica o projeto foi lido, votado e aprovado. Já neste projeto que busca beneficiar timidamente a categoria, os deputados resolvem usar artifícios regimentais para adiar sua aprovação, deixando centenas de profissionais esperando indefinidamente pela ínfima parcela de reajuste a que tem direito."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 19/03/2013
Assunto: Decisão difícil		Página: Online

Notícias do Dia

Decisão difícil

O porquê dos argumentos do governo para o aperto no cinto com corte no orçamento e a não concessão de reajuste salarial aos servidores

Quando há nove dias, sob o título “Cálculos à mesa”, a coluna dava pistas de que a situação do caixa do governo e a proximidade da folha de pagamento do funcionalismo com o limite prudencial de 46,55% sobre a Receita Corrente Líquida, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, eram entraves, estava claro que o governo do Estado se via diante de um verdadeiro dilema para concessão do reajuste anual linear dos servidores. A informação oficial, repassada ontem pelos secretários Antonio Gavazzoni (Fazenda) e Derly de Anunciação (Administração), reforçou que o índice já bate os 46,46% e que não será possível conceder percentual algum de reajuste para os servidores.

É mais um detalhe na complicada matemática estatal. A administração de Raimundo Colombo trava uma verdadeira batalha contra o custeio da máquina. Todas as ações previstas no novo modelo de gestão vão redundar, nos próximos dois meses, em uma economia de mais de R\$ 100 milhões, o que é importante, mas pouco diante do tamanho dos problemas.

Evidente é que os representantes do funcionalismo reagirão à falta de um reajuste. Porém, o argumento do Centro Administrativo está em que o impacto de mais R\$ 800 milhões na folha deve-se a vantagens já concedidas, como o novo piso do magistério, incorporações da segurança pública, abonos da saúde e o crescimento vegetativo produzido por benefícios históricos. O que se antevê é um batalha jurídica em torno da garantia do reajuste, já que a data-base foi unificada no mês de janeiro. Algumas categorias já se posicionaram neste sentido em nome da reposição das perdas pela inflação, mesmo que residual. O governo disse que pagou índices acima dos concedidos pela iniciativa privada.

Para não dizer que não faz a sua parte, o Estado fará bloqueios, o chamado contingenciamento, e deixará de utilizar R\$ 1,5 bilhão dos 19,3 bilhões previsto para 2013. Gavazzoni e Derly anunciaram que este valor, que equivale a 7,6% do orçamento total e 28,2% do orçamento de custeio e investimento do Executivo, será o corte na própria carne, excluídos do percentual as dotações financeiras de financiamentos e convênios, valores sobre os quais o governo não tem efetivo controle.

Há muito sem capacidade de investimento – só 0,03% do orçamento -, ora pelo tamanho de seu custeio, ora pelo repasse carimbado ao poderes (duodécimo) e à saúde e à educação, o Estado se vale de empréstimos que somam mais de R\$ 6 bilhões para garantir obras e melhorar os serviços essenciais à sociedade. Lançou o Pacto por Santa Catarina amparado em valores obtidos junto ao BNDES, a compensação pela perda de ICMS sobre produtos importados, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Um dia terá que pagar a conta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Porém, não resolveu ainda um dos pontos mais comentados pela população para a economia na máquina pública: dar uma nova dimensão às 36 secretarias regionais, que poderiam ser 21 para coincidir com o número de associações de municípios e diminuir o tamanho dos gastos. Há quem garanta que este será o próximo passo. A sociedade está no aguardo e aplaudirá.

"Estou inconformada."

Adeliana Dal Pont, prefeita de São José (PSD), ao saber que prestações de contas, convênios e projetos que deveriam ter sido encaminhados aos ministérios e órgãos federais, em Brasília, podem levar o município a perder recursos da União.

Tarefa

Na avaliação da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) o encontro com os novos prefeitos e prefeitas, que durou três dias, na capital federal, foi missão "cumprida e comprida".

Lembrou que os mandatários saíram com muita informação sobre como garantir recursos federais e de olho no encontro de contas, que fez com que 24 municípios no Estado ficassem sem o Fundo de Participação por falta de entrega de documentação.

Assembleia (1)

Deputado Joares Ponticelli (PP) segue hoje para Porto Alegre, onde almoça com a bancada pepista no Legislativo gaúcho, e retorna à Capital para conversar com o colega Jailson Lima (PT), que estaria disposto a lançar o nome à presidência da casa.

Ponticelli disse que fará esforços até o último minuto para manter a construção de uma candidatura única e de consenso para o comando da casa. Outro que engrossa a lista de postulantes à presidência é o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que anunciou a intenção nesta quarta.

Assembleia (2)

Ponticelli até brinca que agora serão três candidatos, mas não crê que dissidências sejam benéficas para a Assembleia.

Enquanto isso, tem mantido contatos frequentes com o seu futuro vice, Romildo Titon (PMDB), com quem revezará a presidência em 2014. Até concluírem as arrumações de postos, na próxima segunda-feira, os dois já definiram mais um cargo de diretoria para o ex-prefeito de Monte Castelo, Antoninho Tibúrcio Gonçalves (PMDB), indicado por Titon.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 20/03/2013

Assunto: Magistério tem novos salários

Página: 12

Notícias do Dia

Magistério tem novos salários

Com a presença de 24 dos 40 deputados, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou na tarde de ontem o Projeto de Lei que reajusta os vencimentos dos membros do magistério público estadual, ativos e inativos. A aprovação foi possível depois de uma sessão extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento realizada pela manhã. Em plenário, o projeto teve 23 votos a favor e uma abstenção. A deputada Luciane Carminatti (PT) se absteve. A deputada petista disse que preferiu se abster porque o reajuste concedido pelo governo é insuficiente. “Este reajuste representa apenas uma gota no deserto do magistério estadual. Está longe de ser um piso digno para a categoria”, disse a deputada durante manifestação na tribuna da Assembleia.

O projeto prevê reajuste entre 8% até 15% da categoria neste ano, retroativo ao mês de janeiro. De acordo com o nível e habilitação profissional, conforme a matéria, os salários vão oscilar de R\$ 1.567 a R\$ 2.898. A proposta refere-se a membros ativos e inativos do magistério público estadual em regime de 40 horas semanais.

De acordo com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, o pagamento retroativo a janeiro será feito ainda em março. “A folha de pagamento já foi fechada e gerada, porém uma suplementar será feita para que os professores ativos e inativos recebam os valores ainda este mês. A outra parcela do reajuste será no mês de setembro”, afirma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



DIVULGAÇÃO/ALESC/ND

Quase unânime.
Deputados
acompanham
votação, que teve
23 votos a favor e
uma abstenção

Tabela salarial terá ajustes até 2015

O reajuste entre 8% e 15% terá impacto de mais de R\$ 100 milhões no caixa do Estado. A proposta tem como propósito revitalizar a carreira do magistério. "Para cumprir a Lei do Piso, alguns professores receberam mais aumento salarial que outros e, com isso, a tabela salarial está compactada. Este é o início da

revitalização, que irá continuar nos próximos anos", explica Deschamps.

O secretário acrescentou que a partir de agora o governo vai arredondar a tabela até 2015. "Em relação ao nível médio, a graduação está na tabela 10% abaixo", acrescentou o secretário.

Com a lei nacional do piso, o

salário do magistério passou de R\$ 609,00 para R\$ 1.567,00. O aumento, segundo Eduardo Deschamps, chegou a 150%, o maior do país. A folha da Educação passou de R\$ 1,5 bilhão em 2010 para R\$ 2,3 bilhões em 2012. E o impacto da segunda etapa sobre a tabela deve representar mais R\$ 600 milhões até 2015.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 20/03/2013
Assunto: Magistério		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

Magistério

A aprovação do projeto de descompactação da tabela salarial dos professores da rede estadual aconteceu ontem na Assembleia num clima da mais absoluta tranquilidade. A presidente do Sinte, Alvet Bedin, estava em Brasília. E a diretoria decidiu que ninguém compareceria à apreciação do projeto. O Sinte quer aplicação do piso na tabela. O governo alega que paga na base. Apenas a deputada Luciane Carminatti (PT) votou contra.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 20/03/2013

Assunto: Escolas têm aval para definir férias

Página: 24

DIÁRIO CATARINENSE

Escolas têm aval para definir férias

Brasília

O Ministério da Educação homologou ontem parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) segundo o qual as escolas públicas e privadas deverão priorizar o cumprimento dos 200 dias letivos durante a Copa do Mundo.

O artigo 64 da Lei Geral da Copa previa que em 2014 os "sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento" da Copa. Para o CNE, a Lei de Diretrizes de Base (LDB) se sobrepõe à Lei Geral da Copa por ser "específica da educação".

Segundo a LDB, as escolas podem definir seus calendários desde que respeitem o mínimo de 800 horas-aula distribuídas em, no mínimo, 200 dias letivos no ano. O conselheiro do CNE Mozart Neves Ramos recomenda em seu voto, no entanto, que haja "eventuais ajustes nos calendários escolares em locais que sediarem jogos da Copa do Mundo de 2014".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 20/03/2013
Assunto: Educação		Página: 02

JORNAL DE www.santa.com.br SANTA CATARINA

EDUCAÇÃO

Se vê que o ensino não anda nada bem, quando uma doutora em Educação (?) quer verificar se a atitude do professor não foi abusiva (Santa, 16 e 17 de março). O que está em julgamento é a agressão. Não se pode permitir. A diretora fez o que o pai e mãe deixaram de fazer: educar. Se houvesse agressão, os órgãos competentes seriam acionados. A Escola José Vieira Côrte perdeu um diretora batalhadora.

Marilena Carneiro e Silva
Professora - Blumenau



Veículo: Diário do Oeste

Editoria: Educação

Data: 15/03/2013

Assunto: CEJA organiza ano letivo

Página: 12

Diário do Oeste Catarinense

REUNIÃO

CEJA organiza ano letivo

Devido a grande demanda, o Ceja realizou ontem uma reunião com todos os professores para organizar e planejar o ano letivo de 2013.

Tatiane Batista
redacao@diariooeste.com.br

da para repassar orientações aos professores sobre o funcionamento e planejamento das atividades do Ensino de EJA para 2013. Foram discutidas a utilização do material pedagógico, funcionamento da biblioteca e do laboratório de informática, informações sobre a secretaria da escola, sobre as adequações dos espaços físicos para receber os alunos que frequentarão a escola neste ano. Foi discutido e aprovado o calendário escolar encaminhado pela Secretaria de Estado da Educação, que continha data de início e fim do estudo modularizado.

As normas e procedimento para o EJA 2013 também foram repassadas e as metas da instituição com o enfoque para o projeto que norteia as ações da EJA-Amovi. "O projeto Amovi trabalha com tudo que diz respeito ao amor a vida e a conquista da cidadania plena.

As ações pedagógicas que irão nortear o planejamento individual e cole-



CEJA comemora grande procura dos alunos para 2013, instituição atende hoje 2.471 alunos

tivo da EJA, em todas as suas unidades escolares, fizeram parte da pauta. "O início da reunião foi focada na matéria divulgada pelo Diário do Oeste que mencionou uma das mais importantes ações do EJA em 2013 o início da Educação Carcerária", acrescenta Eunice.

Segundo a diretora o projeto está sendo um desafio para todo o ensino de EJA e todas as conquistas que vierem serão compartilhadas com todos os profissionais que atuam na instituição.

CEJA 2013

Em 2013 o Ceja conta com turmas em todos os municípios pertencentes a SDR-Concórdia. O total de professores no em Concórdia é de seis professores efetivos, quatro professores efetivos completando C.H., 25 professores ACT. No Naes de Irani são seis professores ACT, na UD de Ipira três professores completando C.H. e um professor ACT, na UD de Peritiba dois professores ACT, na UD de Alto Bela Vista dois professores ACT. O total de alunos atendidos hoje é de 2.471, entre Ensino por Oficinas, Ensino Presencial e Ensino Presencial por Disciplina. Já existe uma lista de espera para iniciar as aulas no 2º semestre. Foram realizadas 380 matrículas de alunos novos nos meses janeiro e fevereiro e 35 contratos de professores. A Educação de EJA está se reestruturando em 2013, sendo uma excelente oportunidade pela busca de conhecimento em apenas um ano e meio, o que justifica tanta procura.

Concórdia - O Centro de Educação de jovens e Adultos (Ceja) de Concórdia reuniu na noite de quarta-feira, todos os professores que atuam na Educação de jovens e Adultos (EJA) dos municípios pertencentes a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia. "Com grata satisfação reunimos todos os 67 servidores que trabalham com EJA em 2013", comenta a diretora do Ceja de Concórdia, Eunice Mezzomo.

A reunião foi realiza-